

INTRODUÇÃO

A história do Nordeste brasileiro está indissoluvelmente ligada ao fenômeno das secas. Por serem aparentemente mais dramáticas do que as enchentes, estes episódios climáticos têm sido objeto da preocupação, em maior ou menor escala, de todos os governos que dirigiram o País. Chuva no Nordeste é sinônimo de abundância e prosperidade; estiagem é sinônimo de penúria e decadência.

Os efeitos das secas, sobre a Região Nordeste, apresentam-se de variadas formas, significando desemprego, pobreza e fome, abandono de terras estéreis, migrações das populações afetadas, entre outros. Inúmeras soluções para estes problemas foram empreendidas pelo poder público desde o final do século XIX. A princípio, o enfrentamento dos problemas circunscrevia-se no combate aos efeitos da seca, onde a construção de açudes representava a solução mais imediata. Numa segunda etapa, o Governo Federal tratou da criação de programas específicos que possibilitassem a utilização dos recursos hídricos regionais e de solos para a irrigação, assim como dos recursos humanos existentes nas áreas selecionadas.

A intervenção do Governo Federal na bacia hidrográfica do rio Caldeirão iniciou-se com a construção de uma represa, no período de 1937-1945, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Inicialmente, a acumulação de água destinava-se ao abastecimento da população e à dessedentação de animais. Daí até o início dos anos de 1970, não houve nenhuma experiência sistematizada de agricultura irrigada na área. A ocupação do espaço consistiu no cultivo das várzeas a montante da represa. No início da década de 1970, como parte da política agrícola governamental de então, foi implantado um projeto de irrigação visando a utilização dos recursos hídricos disponíveis na represa. A fórmula adotada para exploração da terra baseava-se na utilização de pequenos lotes agrícolas, com utilização da mão-de-obra familiar na exploração de culturas comumente praticadas pelos colonos.

As políticas públicas de construção de barragens e de implantação de projetos de irrigação no Nordeste não foram capazes de reduzir a desigualdade e a pobreza regionais.

Além dos estudos de implantação dos projetos subestimarem as características geoecológicas da Região, grande parte das represas construídas beneficiava principalmente aos criadores de gado. Ao pequeno agricultor restava explorar a terra através das culturas de várzea. Implantados durante o regime militar, estes empreendimentos herdaram as práticas autoritárias do regime que lhes deu origem. Cabia às equipes técnicas dos órgãos públicos decidirem desde a localização dos projetos até o que deveria ser produzido e comercializado.

Parte do contingente humano que não foi integrado ao projeto migrou para a zona urbana e até para outros estados da federação. Deslocando-se de um espaço para outro nas margens da represa, ocupando terras pertencentes ao Perímetro Irrigado e constituindo pequenos povoados onde residem agricultores e, em alguns casos, pescadores não atingidos pela indenização de terras. Como estratégia de sobrevivência, estas pessoas desenvolveram uma série combinada de atividades econômicas de baixo rendimento, como pequenos comércios, pesca e a agricultura primitivas.

Há também a exploração de uma incipiente atividade turística que se desenvolve durante o período de chuvas, quando a represa se transforma em balneário para a população das áreas urbanas próximas.

Pretende-se, neste trabalho, como objetivo geral, analisar as condições sócio-ambientais da população excluída do projeto de irrigação e residente no entorno da represa do rio Caldeirão, assim como a insustentabilidade das suas estratégias de sobrevivência.

Como objetivos específicos, pretende-se: a) situar a área estudada no contexto das políticas públicas para a Região Nordeste; b) caracterizar os principais elementos constituintes do meio físico e os impactos geoambientais a que estão submetidos; e c) caracterizar a situação socioeconômica da população excluída do projeto de irrigação e residente no entorno da represa, assim como as consequências de suas interferências no meio ambiente local.

Considerando a bacia hidrográfica do rio Caldeirão como unidade fundamental de planejamento, pretende-se abordar os seguintes problemas:

- a) A ação das políticas públicas implantadas na bacia hidrográfica do rio Caldeirão foi capaz de melhorar a condição social e econômica da população do entorno da represa?
- b) Qual a situação sócio-ambiental atual da população do entorno da represa não alcançada diretamente pelas políticas ditas de desenvolvimento regional?

c) Diante da atual situação verificada, quais as repercussões sócio-ambientais da ocupação da bacia hidrográfica do rio Caldeirão?

Neste estudo, a hipótese norteadora para a sua estruturação foi: as políticas públicas, voltadas para a redução da pobreza e das desigualdades sociais na bacia hidrográfica do rio Caldeirão, não atingiram seus objetivos em virtude do modelo autoritário, excludente e insustentável de desenvolvimento ali implantado.

Considera-se, ainda, que a configuração atual da paisagem do entorno da represa do rio Caldeirão resultou de um jogo de forças políticas que promoveram profundas transformações no espaço, sem a preocupação com a continuidade, a efetividade e o impacto de suas ações sobre o espaço. O arcabouço do planejamento e da geografia da época da intervenção já era suficientemente capaz de auxiliar o Estado na formulação de políticas públicas mais precisas, mais equânimes e menos custosas. Só a estratégia de curto prazo e a subserviência a interesses estranhos aos objetivos propostos podem justificar tal procedimento.

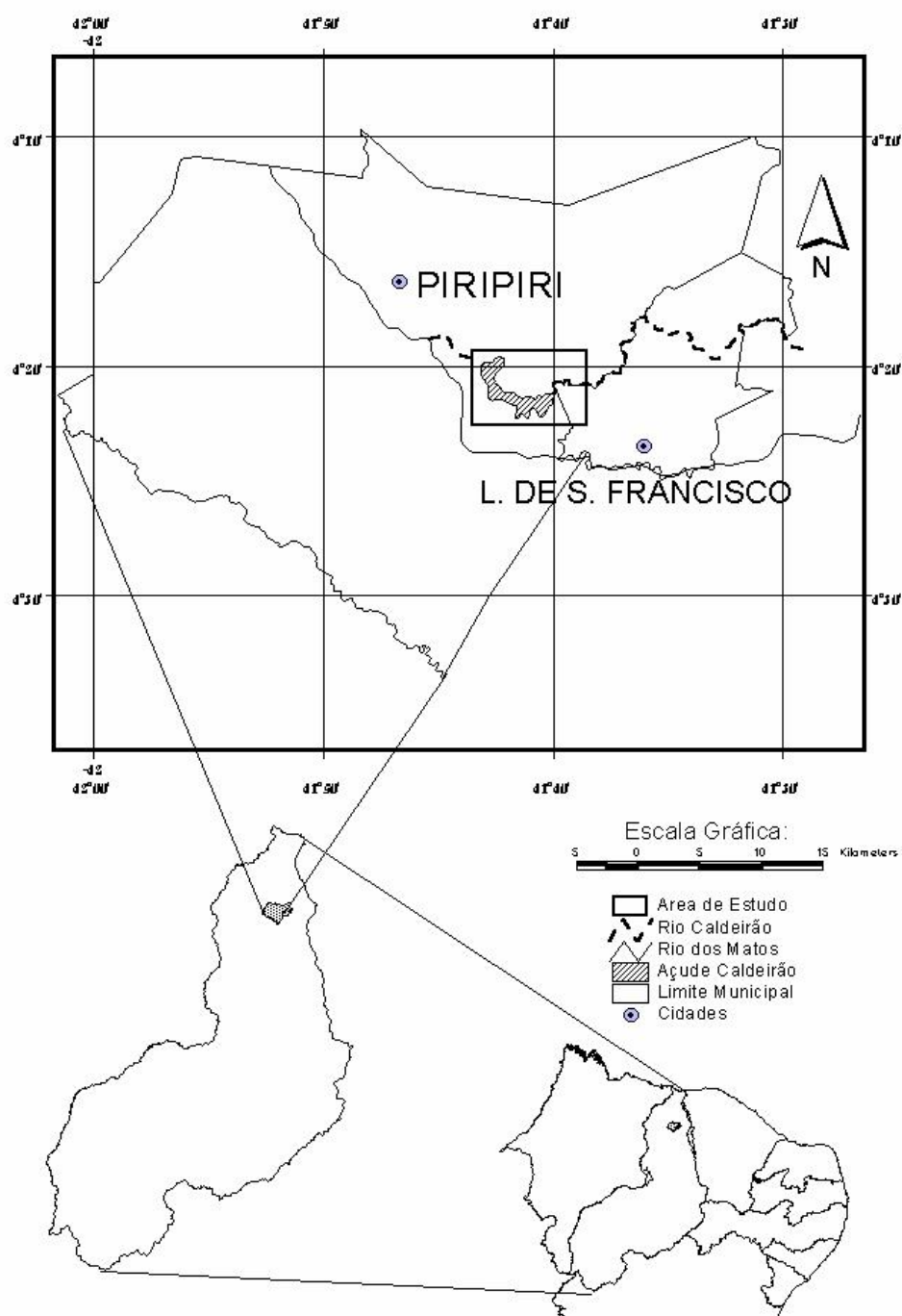
Localização da Área de Estudo

A bacia hidrográfica do rio Caldeirão está situada em duas microrregiões do norte do Estado do Piauí: a do Baixo Parnaíba Piauiense e a de Campo Maior, entre as coordenadas geográficas de 04°16'03" e 04°23'28" de latitude sul e 41°26'35" e 41°43'36" de longitude oeste (Figura 01). O rio Caldeirão nasce a 4°20'29" de latitude sul e 41°29'15" de longitude oeste, na porção sul-sudoeste da Serra do Gado Bravo no município de Pedro II. A extensão do rio principal é de 36,2 km e sua área de drenagem ocupa 217 km², abrangendo parte dos Municípios de Pedro II, Piripiri e Lagoa de São Francisco. É um dos principais formadores do rio dos Matos, pela margem direita. Este, por sua vez, faz parte dos afluentes, também da margem direita, da bacia do rio Longá, uma das formadoras do Rio Parnaíba.

O rio Caldeirão possui regime pluvial intermitente, apresentando leito com água durante a estação das chuvas e em alguns meses após. Dominando a hidrografia local, para ele convergem canais quase retilíneos, igualmente intermitentes, formando um padrão de drenagem que varia entre a paralela e a dendrítica.

A represa que origina o “Açude Caldeirão” possui um volume acumulado de água estimado em 54.600.000 m³. O acesso à represa, a partir da capital do Estado, é feito pela BR – 343 até a cidade de Piripiri; daí até o local da represa, segue-se pela rodovia Ministro

Vicente Fialho (PI – 117), com extensão aproximada de 10 km. O represamento do rio Caldeirão, formando o açude do mesmo nome, abastece grande parte dos quase 80 mil habitantes do Município de Piripiri.



Fonte: Organizado pelo autor.

Figura 01 – Mapa de Localização da área de estudo no Nordeste e no Piauí.

A construção de reservatórios traz um aumento na oferta de água em regiões de escassa disponibilidade hídrica, melhoria da qualidade de vida da população e prosperidade econômica das áreas de entorno. O desenvolvimento da irrigação representa um componente decisivo na luta contra a fome. Por outro lado, tais projetos impactam o meio biofísico ao causar alterações na temperatura, circulação e umidade do ar, estratificação térmica dos lagos, alterações no canal do rio, abrasão das margens, aumento da carga sólida (com a conseqüente redução da vida útil do lago), entre outros. (MOTA & STUDART, 1996; GUERRA & CUNHA, 1998)

Este trabalho desenvolve-se em cinco capítulos, além da introdução, da conclusão e das recomendações.

O primeiro e o segundo capítulos comportam a revisão de literatura. No primeiro capítulo, com denominação de Sociedade, Natureza e Desenvolvimento: Fundamentos, discute o referencial teórico que possibilitou a compreensão da problemática ligada aos temas centrais do estudo. São apresentados conceitos, tais como desenvolvimento, pobreza e exclusão social e insustentabilidade.

No segundo capítulo, intitulado Fundamentação Terórico-Methodológica, consiste no delineamento dos procedimentos teóricos e metodológicos. Aprende-se a realidade da área sob uma visão sistêmica. Entende-se que o estado atual do espaço físico da área de estudo resulta da interação dos indivíduos entre si e deste com a natureza. Portanto, sendo conflituosa a relação dos homens entre si, assim será o tratamento que este grupo humano irá dispensar ao espaço que ocupa.

O terceiro capítulo, sob o título de A Questão Nordestina e as Políticas de Desenvolvimento, procura-se situar a situação político-econômica da área estudada dentro do quadro da questão regional nordestina. Como cerne da discussão, questiona-se a formas como tais recursos foram apropriados pelas políticas públicas de desenvolvimento e seus desdobramento na Região Nordeste e no Estado do Piauí

O quarto capítulo, denominado Caracterização Geoambiental do Entorno da Bacia o Rio Caldeirão, apresenta os dados do quadro geoambiental da bacia hidrográfica do rio Caldeirão. Detalham-se as características dos elementos que compõem o quadro físico da área estudada e as formas como ocorrem as inter-relações mais imediatas entre a população e o meio ambiente.

O capítulo quinto, denominado A Bacia do Rio Caldeirão como Unidade Antrópica, trata dos resultados da pesquisa de campo realizada em outubro de 2003. Consiste no diagnóstico sócio-econômico atual da população que reside no entorno da represa do rio Caldeirão, para demonstrar que este contingente humano desenvolveu diversas estratégias de sobrevivência associadas às melhorias introduzidas pelo Projeto na área estudada. Por outro lado, a luta pela sobrevivência continua difícil. O cotidiano atual vem sendo marcado pelas limitações impostas pela legislação ambiental e pela administração do DNOCS, preocupados com o crescimento demográfico da área e com o acirramento dos conflitos que estão surgindo.

No capítulo sexto, chamado de Conclusões e Recomendações, apresenta-se a resposta aos questionamentos iniciais da pesquisa, assim como as recomendações para a realização de trabalhos científicos futuros.

Considera-se, por fim, que os objetivos aqui propostos foram atingidos. Num primeiro instante, fez-se um retrospecto de como a humanidade vem tratando o meio ambiente com a promessa de trazer melhoria de vida para todos. Depois estas questões foram tratadas em nível regional. Através do estudo de caso, buscou-se conhecer a evolução socioeconômica de uma parcela da população da área de estudo. Esta população foi excluída de um programa onde as políticas públicas visavam “desenvolver” o espaço.

A maior limitação deste trabalho diz respeito à exigüidade de recursos. Os mais expressivos são a dificuldade de juntar referências bibliográficas, pelo número reduzido de bibliotecas e de informações confiáveis (em parte suprida pela internet), e o alto custo de materiais, laboratórios e equipamentos para estudos desta natureza, principalmente os relacionados à pesquisa de campo e ao tratamento das informações cartográficas.

Procurou-se demonstrar, por fim, que os projetos de desenvolvimento, ou qualquer outra ação com este propósito, deve, nos dias atuais, contar com a participação da população. É assim, pelo menos, que as políticas públicas vêm sendo gestadas, ou propostas, nos últimos anos. Não se pretende, com estas considerações, afirmar que todas as políticas públicas anteriores de combate à pobreza, de desenvolvimento do semi-árido, ou as demais, continham apenas equívocos. Existiram limitações, tanto de ordem política quanto técnica e econômica. É necessário fazer um balanço do que ficou de positivo e buscar, sempre em sintonia com as comunidades ali existentes, a melhor forma de se praticar o equilíbrio social por meio da exploração racional dos recursos naturais, apoiando-se no respeito à natureza e às pessoas, direito e dever de todos.